



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_/2022**  
**(da Sra. Talíria Petrone)**

Requer realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater sobre a situação dos atingidos pela emergência climática no Brasil, sobretudo pelas últimas enchentes e secas e as necessárias políticas públicas de suporte.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 24, inciso III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização, pela Comissão de Legislação Participativa e Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública para debater sobre a situação dos atingidos pela emergência climática no Brasil, sobretudo pelas últimas enchentes e secas e as necessárias políticas públicas de suporte.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

1. Movimento de Atingidos por Barragens - MAB
2. Movimento de Pequenos Agricultores - MPA
3. Defensoria Pública da União – DPU
4. Ministério Público Federal – MPF (?)
5. Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH
6. Hailton Pinheiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
7. Tarcísio Motta - Vereador do Município do Rio de Janeiro que presidente da Comissão Especial de Emergências Climáticas
8. Representantes de atingidos
9. Fórum de Mudanças Climáticas
10. Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz).



## JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos meses, o país se defrontou com inúmeros eventos decorrentes de secas e enchentes, cujos os impactos são muito mais severos para a população pobre dos municípios afetados. Este cenário impõe a emergência de criação de políticas públicas que garantam a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras da região. Os eventos climáticos hidrológicos extremos, como as secas e enchentes, desde algum tempo, deixaram de ser fenômenos de completa surpresa.

As previsões meteorológicas com modelos de larga escala para períodos de meses até um ano, com previsões de curto período com precisão elevada e válidas para áreas mais restritas podem e devem auxiliar o planejamento administrativo, evitando mortes, risco, danos e prejuízos à população brasileira. Portanto, a tragédia humanitária que o país vive poderia ter sido demasiadamente mitigada caso houvesse planejamento e políticas públicas robustas para lidarem com estes eventos, em especial em um momento de desmonte do Estado e da política ecocida do Governo Bolsonaro.

O mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da (ONU – IPCC) alerta para alterações cada vez mais críticas nos padrões de chuvas em razão da contínua devastação ambiental e, por consequência, do aumento do aquecimento global. No Brasil, a organização afirma que o avanço do grave cenário ocorrerá especialmente na região central do país. Em 2021, dados oficiais afirmam que enfrentamos a pior seca dos últimos 91 anos.

O relatório do IPCC também destaca que os grupos mais vulneráveis são os primeiros a serem atingidos. Na prática, são os principais atingidos pelos desastres em seus territórios. São indivíduos já sujeitos a muitas formas de discriminação, marginalizados por desigualdades estruturais como, por exemplo, as mulheres em áreas de riscos na periferia ou no campo. Nesse contexto, inclusive, emerge a categoria dos migrantes ambientais e climáticos, que ainda carecem de proteção legal e de políticas públicas voltadas à sua assistência.

No contexto urbano, o que vemos é um modelo que aposta num planejamento comprometido com a especulação imobiliária em detrimento da proteção de recursos naturais e da garantia de habitação segura para o conjunto da população, e do suporte à agricultura familiar. Um modelo que, somado ao agravamento do desequilíbrio ambiental no último período - o desmatamento da Amazônia por exemplo aumentou em 56% durante o governo Bolsonaro (56,6% maior entre agosto de 2018 e julho de 2021, comparado ao mesmo período de 2015 a 2018, segundo o IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) - tem contribuído diretamente para as secas e chuvas intensas que observamos no início do ano no país e mais recentemente em Petrópolis.

Nesse sentido, a fim de discutir as questões fundamentais que envolvem especialmente os atingidos por enchentes e secas no país, solicito a aprovação deste requerimento pelos nobres parlamentares.



Sala das Sessões, 2022.

Apresentação: 02/05/2022 09:31 - CLP

REQ n.9/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222601532700>

